

CONVENÇÃO COLETIVA

O SINDICATO DOS EMPREGADOS NA ADMINISTRAÇÃO DE JORNAIS E REVISTAS NO ESTADO DE SANTA CATARINA (SINDPJORE), com Registro Sindical junto ao CNES (Cadastro Nacional de Entidades Sindicais) do Ministério do Trabalho e Emprego sob. nº. 46010.003979/93 e CNPJ nº. 95.887.170/0001-46 com sede nesta cidade de Florianópolis - SC, na Rua Conselheiro Mafra, 426 – Sala 302 – Gal. Jaqueline - Centro, neste ato representado por seu Presidente Sr. Marcos Aurélio Espindola, de acordo com suas disposições estatutárias e com os poderes outorgados nas Assembléias realizadas nos municípios de Chapecó, Lages, Criciúma, Blumenau, Joinville e Florianópolis, nos dias 05, 11, 13, 15 e 19 de junho de 2007, e de outro lado o SINDICATO DAS EMPRESAS PROPRIETÁRIAS DE JORNAIS E REVISTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, entidade sindical representativa da classe econômica, com base territorial nos municípios do Estado de Santa Catarina, com sede na rua Príncipe, 330, em Joinville/SC, com registro sindical do Ministério do Trabalho e Emprego sob nº. 46009002/0154, concedido em 25/7/2002, inscrita no CNPJ sob nº. 04.242.016/0001-61, neste ato representado pelo seu Presidente Sr. Moacir G. Thomazi, de acordo com sua disposição estatutária e com os poderes outorgados na Assembléia realizada no municípios de Joinville dia 18 de maio de 2007, firmam a presente Convenção Coletiva de trabalho.

01. REAJUSTE SALARIAL

01.1. Os salários dos empregados, representados pelo Sindicato Profissional, que prestam serviços nas áreas de administração e do Parque Gráfico de Empresas de Jornais e Revistas, Distribuidoras de Jornais e Revistas, Bancas de Jornais e Revistas e Vendedores Ambulantes de Jornais e Revistas no Estado de Santa Catarina e abrangidos pelo presente instrumento, serão reajustados em da seguinte forma:

01.1.1 Aplicar-se-á o índice de 3,97% (três vírgula noventa e sete por cento) sobre o valor de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

01.1.2. Para os salários acima de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) será acrescido o valor fixo de R\$ 198.50 (cento e noventa e oito reais e cinquenta centavos).

01.2. Tais reajustes deverão ser aplicados sobre os salários vigentes em 1º de julho de 2006 a vigor em 1º de julho de 2007.

02. COMPENSAÇÃO

Serão compensados todos os aumentos salariais concedidos após data de 1º de julho de 2006, quer espontâneo, quer compulsórios, excluídos os aumentos individuais decorrentes de promoção, transferência, equiparação salarial, implemento de idade ou tempo de serviço e término de aprendizagem.

03. ADMITIDOS APÓS DATA BASE

Será concedido aumento aos empregados abrangidos pelo presente instrumento e admitidos após a data de 1º de julho de 2006, proporcionalmente ao mês de admissão.

04. PISO SALARIAL

04.1.1 As partes estabelecem o piso salarial a partir de 1º de julho de 2007 passa a ser de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) mensal, aos integrantes da Categoria Profissional, excluídos os empregados que desempenham as funções de Office-boys, Entregadores de Jornais, Encartadores, Vendas de Assinaturas de Jornais e Jornaleiros, pela carga horária mensal de 220 horas.

04.2 Convencionam as partes que os empregados abrangidos pelo presente instrumento que percebem salário compostos (salário fixo mais comissões e ou prêmio) não poderão perceber remuneração inferior aos pisos salariais acima estipulados,

excluídos os empregados que desempenham as funções de Office-boys, Entregadores de Jornais, Encartadores, Vendas de Assinaturas de Jornais e Jornaleiros.

05. SALÁRIO SUBSTITUTO

É garantido para o empregado admitido para a mesma função de outro, cujo contrato de trabalho tenha sido rescindido por qualquer motivo, o menor salário da função, sem considerar vantagens pessoais, exceto os que desempenham a função de "Office boy".

06. QUEBRA DE CAIXA

As empresas pagarão importância equivalente a 30% (trinta por cento) do piso salarial da categoria, a título de quebra de caixa, para funcionários que tenham por atividade exclusiva efetuar pagamentos e recebimentos, ficando as empresas autorizadas, por ocasião das prestações de contas, a descontar do salário dos empregados que percebem esta vantagem os valores faltantes.

07. UNIFORMES E EQUIPAMENTOS

As empresas que exijam o uso de uniformes e equipamentos deverão fornecê-los sem qualquer ônus para os seus empregados, em número de no mínimo 4 (quatro) por ano.

08. EMPREGADO ACIDENTADO

Fica assegurada a garantia ao trabalho, ao empregado após a cessação ao Auxílio-doença acidentaria, nos termos do artigo 118 da Lei 8.213 de 24.07.91 regulamentada pelo Decreto nº 357 de 07.12.91 no artigo 169.

09. AUXÍLIO A CRECHES

09.1. As empresas se obrigam a subsidiar, a partir de 1º de julho de 2007, o pagamento de vagas em creche para filhos de funcionários abrangidos por este sindicato do sexo feminino, de 0 (zero) a 36 (trinta e seis) meses de idade, em estabelecimento de livre escolha das mães ou de pais com guarda legal dos filhos, no valor de R\$ 90,00 (noventa reais) mensais.

09.2. A presente condição acordada será estendida aos empregados do sexo masculino com comprovada guarda legal dos filhos.

09.3. Estipulam as partes que para obtenção de tal benefício deverá o beneficiado atender as normas estipuladas pela empresa, referente a comprovação de frequência e pagamento do estabelecimento utilizado.

09.4 Estipulam também as partes que tal benefício não integrará as parcelas remuneratórias e rescisórias.

10. LICENÇA PARA ESTUDANTES

10.1. Os empregados estudantes terão abonadas as faltas decorrentes de exames ou provas obrigatórias que coincidirem com o horário de trabalho, a serem realizadas em cursos oficiais ou oficializados, desde que comuniquem, por escrito, contra-recibo, ao empregador, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e, após, façam comprovação através de atestado expedido pelo respectivo estabelecimento de ensino primário, secundário e superior.

10.2. Os cursos que o empregado for obrigado a realizar, por solicitação da empresa, para seu aperfeiçoamento profissional serão custeados pela empresa. O empregado será liberado de sua jornada caso a mesma transcorra em horário do curso sem prejuízo de seu salário.

11. GARANTIA PARA APOSENTADORIA

11.1. Será garantido o emprego ao trabalhador que contar mais de 5 (cinco) anos de serviço na empresa, a partir do momento em que completar tempo de serviço que lhe permita obter aposentadoria previdenciária dentro do prazo máximo de 18 (dezoito) meses, ressalvada a dispensa por justa causa ou o não uso do direito.

11.2. A percepção desta vantagem fica condicionada à apresentação por parte do empregado ao Departamento de Pessoal, nos primeiros 45 (quarenta e cinco) dias do período mencionado no item 11.1. da prova documental de seu tempo de serviço junto à Previdência Social. A apresentação do documento será contra recibo e a falta de apresentação acarretará para o empregado a perda do direito aqui normatizado.

12. AUXÍLIO FUNERAL

As empresas cujos empregados não estiverem abrangidos por seguro de vida em grupo ou outras modalidades de seguro por essa subsidiados, em todo ou em parte, ocorrendo falecimento do seu empregado, pagarão aos dependentes legais do mesmo, importância equivalente a 2 (dois) pisos salariais da categoria. Os pagamentos resultantes serão efetivados em cota única até 10 (dez) dias após a comprovação do óbito.

13. DATA DE PAGAMENTO DE SALÁRIO

Quando o dia do pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado, as Empresas se comprometem a efetuá-lo de forma a que o empregado tenha efetiva disponibilidade de numerário no último dia útil anterior a data de pagamento.

14. COMPROVANTES DE PAGAMENTOS DE SALÁRIOS

O pagamento de salário será feito mediante recibo e/ou crédito em conta bancária, com a identificação da empresa e do qual constarão a remuneração, com a discriminação das parcelas, a quantia líquida paga, os dias trabalhados, as horas extras e os descontos efetuados, inclusive à Previdência Social e o valor correspondente ao FGTS.

15. CURSOS E TREINAMENTOS

15.1. Convencionam as partes que as horas que os colaboradores administrativos, abrangidos pela presente convenção, permanecerem em cursos e treinamentos, bem como curso eletronicamente disponibilizados pela empregadora por meio de implementação de programa e - learning, após sua jornada de trabalho, nas dependências da empresa, não serão consideradas como horas trabalhadas nem extras, razão pela qual fica liberado de registro em cartão ponto ou similar e não serão consideradas para efeito de ampliação de intervalo para alimentação e repouso.

15.2. Tais Cursos não poderão coincidir em domingos, feriados ou período de férias dos trabalhadores.

15.3. Convencionam as partes, que fica facultado, ao empregado o direito, de participar ou não, de eventuais cursos oferecidos pelas empresas.

16. QUADRO DE AVISO

16.1 As Empresas manterão em local apropriado e acessível um quadro de avisos de notícias sindicais, afixados pela empresa, vedada a divulgação de matéria político-partidária ou que contenha conceitos ou expressões injuriosas, que indisponham os empregados contra a Empresa.

16.2. Fica estabelecido que a medida máxima do quadro de aviso será de 60 cm x 45 cm, e os gastos com a elaboração do referido quadro correrão por conta do Sindicato Profissional.

17. ATENDIMENTO SINDICAL

O Diretor do Sindicato no exercício de seu mandato, se desejar manter contato pessoal com a Empresa, terá a garantia de ser por esta recebido em seu estabelecimento, por seus Diretores ou pessoas por estes designados.

18. FÉRIAS

18.1. As empresas fornecerão férias a seus empregados, coincidindo, obrigatoriamente, o seu início no primeiro dia útil da semana ou qualquer outro dia da semana a critério do empregado.

18.2. Fica garantido o pagamento de 50% (cinquenta por cento) do 13º salário por ocasião das férias, desde que o empregado faça a solicitação por escrito conforme a Lei.

18.3. Convencionam as partes que poderá ser concedido férias a categoria abrangida pela presente convenção em dois períodos nos termos do que estabelece o parágrafo 1º do art. 134 da CLT ficando assegurado, contudo, que não haverá concessão de férias em período inferior a 10 dias, de comum acordo.

19. EXEMPLAR DE PERIÓDICOS PARA O SINDICATO

As Empresas colocarão a disposição do Sindicato Profissional, sem ônus para este, um exemplar dos periódicos que publicam, e as distribuidoras de revistas colocarão três edições de suas publicações, mediante solicitação da entidade sindical, no endereço indicado pela mesma.

20. SALÁRIO SUBSTITUIÇÃO

Na substituição temporária de cargo de Chefia cuja duração for igual ou superior a 15 (quinze) dias, o empregado substituto perceberá a diferença de seu salário e do substituído considerando vantagens inerentes ao cargo efetivo e sem considerar vantagens pessoais. Tal substituição deverá ser documentada através de comunicação por escrito ao empregado que substituir.

21. COMPENSAÇÃO DE JORNADA

As empresas poderão estabelecer programas de compensação em dias úteis intercalados com feriados e fim de semana de sorte que os empregados, ou parte deles, possam ter períodos de descanso mais prolongado.

22. PRORROGAÇÃO DA JORNADA

As empresas ficam autorizadas a praticar o sistema de prorrogação de jornada de trabalho, compensando em outro ou outros dias da semana, atendidas as disposições legais pertinentes a semana de 44 (quarenta e quatro) horas de trabalho.

23. JORNADA DIÁRIA FLEXÍVEL

Desde que observado o limite da carga horária semanal 44 (quarenta e quatro) horas, as partes poderão estabelecer jornadas diferentes. Este sistema de jornada flexível não prejudica o regime de prorrogação da jornada prevista na cláusula 21 do presente acordo. No caso de ser adotado o regime de jornada flexível, a jornada diária não poderá ser inferior a 4 (quatro) horas.

24. JUSTIFICAÇÃO DE DISPENSA

O empregado despedido por justa causa, será comunicado por escrito sobre o fato gerador da rescisão contratual, sob pena de nulidade do ato.

25. AUTORIZAÇÃO DE DESCONTOS

25.1. As empresas poderão realizar, dentro do limite legal, descontos em folha de pagamento de seus empregados abrangidos pelo presente instrumento, desde que autorizadas, de contribuições sociais (mensalidades do Sindicato Profissional, taxas de contribuição confederativa e assistencial, taxas emergenciais desde que aprovadas em assembléia da categoria, devidamente convocada para este fim específico, cuja cópia da ata será encaminhada às empresas), associações de empregados, assim como os demais compromissos firmados pelos empregados com essas entidades ou com o empregador relativamente a convênios, empréstimos e outros.

25.2. O total de descontos implantados na folha do empregado, não poderá comprometer mais de 30% (trinta por cento) da remuneração mensal do mesmo.

25.3 As empresas deverão repassar as quantias descontadas dos empregados a favor do sindicato profissional até o dia 5 (cinco) do mês subsequente ao desconto.

26. COMPLEMENTAÇÃO DO BENEFÍCIO DE AUXÍLIO DOENÇA PAGO PELO INSS.

26.1. As empresas pagarão para os empregados em gozo de auxílio-doença concedido pela Previdência Social e no período contado entre o 16º (décimo sexto) até o 60º (sexagésimo) dia de afastamento, uma complementação nos termos abaixo fixados. A complementação devida corresponderá à diferença entre o que a Previdência Social pagar e o salário líquido devido no mês:

26.1.1.- do 16º (décimo sexto) ao 30º (trigésimo) dia de afastamento = 100% (cem por cento) da diferença acima especificada.

26.1.2.- do 31º (trigésimo primeiro) ao 60º (sexagésimo) dia de afastamento = 90% (noventa por cento) da diferença acima especificada.

26.2. Não sendo conhecido o valor básico da Previdência Social, a complementação deverá ser paga em valores estimados. Se ocorrerem diferenças, a maior ou a menor, deverão ser compensadas no pagamento do mês imediatamente posterior.

26.3. Quando o empregado não tiver direito ao auxílio-previdenciário ou acidentário por não ter ainda completado o período de carência exigido pela Previdência Social, a empresa pagará seu salário líquido que lhe seria devido entre o 16º (décimo sexto) dia e o 60º (sexagésimo) dia de afastamento.

26.4. O pagamento previsto nesta cláusula deverá ocorrer junto com o pagamento mensal de salário dos demais empregados.

27. ESPAÇOS GRATUITOS

As empresas de jornais abrangidas pelo presente instrumento cederão espaços gratuitamente ao sindicato profissional, para que publiquem Editais de convocação de assembleias e Notas de interesse da categoria, mediante as seguintes condições:

a) As Notas não poderão fazer referências às empresas acordantes, a seus diretores bem como não poderão fazer alusões a fatos políticos partidários;

b) Os Editais serão exclusivamente para celebração de convenções coletivas de trabalho, instauração de dissídios coletivos, eleição de administradores ou de representação profissional e de interesses administrativos da entidade sindical;

c) Convencionam as partes que cada publicação será em espaço de 2 (duas) colunas por 20 cm (vinte centímetros) bem como no período de vigência do presente acordo nenhuma empresa estará obrigada a fazer mais de 9 (nove) publicações;

d) Ficam assegurada às empresas o direito de rejeitarem a publicação de qualquer nota que contenha violação das normas aqui dispostas ou da legislação vigente.

28. EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

Nas áreas que for obrigatório, por lei, o uso de equipamento de proteção individual, as empresas deverão fornecê-los gratuitamente e mantê-los em perfeito estado de uso e conservação.

29. COMPROVAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO

As empresas fornecerão, no ato do desligamento documento de comprovação do tempo de serviço, em formulário próprio expedido pelo INSS.

30. MULTA POR NÃO CUMPRIMENTO

Estabelece-se a multa equivalente a 10% (dez por cento) do salário-piso de categoria em caso de descumprimento de qualquer cláusula da presente convenção, revertendo em favor da parte prejudicada. A presente multa não se aplica em relação às cláusulas para as quais a CLT já estabelece penalidade.

31. LIBERAÇÃO DE DIRIGENTE

Fica convencionado que será liberado da prestação de serviço o presidente do sindicato profissional, com o pagamento integral de seus salários, pelo prazo de vigência da presente convenção.

32. RELAÇÃO NOMINAL DE EMPREGADOS

As empresas comunicarão à entidade profissional cópia das guias de contribuição sindical e assistencial, com relação nominal e respectivos salários de empregados contribuintes, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o desconto.

33. COMPENSAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DA JORNADA DE TRABALHO – BANCO DE HORAS

As empresas poderão adotar a compensação da jornada de trabalho, nos termos do § 2º, do art. 59, da CLT, com a redação adotada pelo art. 6º, da Lei nº 9.601/98, de modo que as horas eventualmente laboradas em algum dia da semana além do horário normal do empregado, não serão consideradas como extras, desde que sejam compensadas pela correspondente diminuição em outro dia, mediante as seguintes condições.

33.1. As empresas que optarem pela implantação da compensação extraordinária aqui prevista deverão comunicar, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, ao Sindicato Profissional.

33.2. A compensação realizada nestes termos não acarretará qualquer modificação na remuneração usual mensal do empregado.

33.3. Ocorrendo rescisão do contrato de trabalho sem que tenha havido a compensação integral da eventual jornada extraordinária, o empregado fará jus ao pagamento das horas suplementares não compensadas, calculadas com o adicional de lei e na forma do § 3º, do art. 59, da CLT, com a redação adotada pelo art. 6º, da Lei nº 9.601/98.

33.4. No caso de rescisão do contrato de trabalho por iniciativa do empregado serão descontados do mesmo os dias não trabalhados e eventualmente pagos pela empresa.

33.5 O empregado não poderá acumular mais que 40 (quarenta) horas de Banco. Caso ocorra o acúmulo de mais de 40 (quarenta) horas, as primeiras 40 (quarenta) horas deverão ser compensadas no prazo de 80 (oitenta) dias e as excedentes pagas com adicional de 100% (cem por cento) .

33.6 Para implantação da compensação da jornada de trabalho, nos termos desta cláusula, as empresas deverão implementar o registro de horário de seus empregados, quer de forma manual, mecânica ou eletrônica.

33.7. A compensação será feita através de escala com a comunicação prévia ao empregado com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

33.8. O prazo de duração do referido regime de compensação extraordinária da jornada de trabalho será na vigência da presente convenção coletiva de trabalho.

33.9. Através de acordo, caso seja conveniente para o empregado e empregador, a compensação de horas extras poderá ser feita juntamente ao período de férias do empregado. Neste caso, o prazo da compensação de horas extras poderá ser maior do que estipulado no item 32.5. acima .

33.10. Convencionam as partes que mensalmente, até o 10 dia do mês subsequente, as empresas informarão, por escrito, ao sindicato profissional, o saldo devedor ou credor de horas dos seus empregados que estiverem usufruindo do Banco de Horas.

33.11. Esta cláusula não se aplica aos empregados que desempenham as funções de office-boys, entregadores de jornais e jornaleiros.

34. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

34.1. As empresas obrigadas a descontar de seus empregados na forma do art. 578 e seguintes, da CLT da folha de pagamento do mês de março a contribuição sindical no valor de 1 (um) dia de

salário de seus empregados, qualquer que seja a forma de sua remuneração recolhendo-a, na forma da lei, através de guias próprias, em nome do Sindicato dos Empregados na Administração das Empresas e Parques Gráficos de Jornais e Revistas no Estado de Santa Catarina.

34.2. As empresas ficam obrigadas a enviar ao sindicato profissional, 15 dias após o recolhimento da taxa de contribuição sindical, a relação nominal de seus empregados bem como o valor de seus salários e o valor do desconto.

35. EXAMES MÉDICOS PERIÓDICOS

Convencionam as partes, em conformidade com a Portaria SSST n 8/96, de 8 de maio de 1996, do Ministério do trabalho, que o prazo de validade dos Exames Médicos Periódicos passam a ter a vigência de 270 (duzentos e setenta) dias .

36. SEGURO-VIDA

36.1. As empresas obrigam-se a realizar seguros de Vida e Invalidez, a seus empregados que exercem as funções de Entregadores, independentemente do seguro de acidente de trabalho previdenciário, com cobertura de 6 (seis) vezes o piso da categoria.

36.2. Este dispositivo não se aplica às empresas que mantenham apólice de seguro de vida em grupo ou similar para seus empregados, anteriores a data de assinatura da presente convenção.

37. CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL

37.1 As empresas integrantes da categoria econômica, abrangida pela presente Convenção Coletiva de Trabalho repassarão a importância total de R\$ 40,00 (quarenta reais), por empregado, parcelado em 2 (duas) vezes sendo que a primeira parcela no valor de R\$ 20,00 (vinte reais) será paga até o dia 27/09/2007 e a

segunda parcela de igual valor até o dia 27/01/2008, a título de Contribuição Negocial, recolhendo-a na conta corrente 2540-5, agência 0408, operação 003, da Caixa Econômica Federal, em nome do SINDPJORE.

37.2 O não recolhimento no prazo acima previsto, acarretará a empresa inadimplente multa de 10% (dez por cento) acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária.

38. ELEIÇÕES NA CIPA

Após a realização das eleições nas Comissões Internas de Prevenção Acidente de Trabalho – CIPA as empresas enviarão ao Sindicato ata das eleições Após a realização das eleições nas Comissões Internas de Prevenção a realizadas com a nominata dos eleitos.

39. VIGÊNCIA/ABRANGÊNCIA

A presente convenção vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses a partir de 1º de julho de 2007 até o dia 30 de junho de 2008 abrangendo todos os Empregados da Administração e Parque Gráficos das Empresas de Jornais e Revistas do Estado de Santa Catarina.

Florianópolis, 04 de setembro de 2007.

**O SINDICATO DOS EMPREGADOS NA ADMINISTRAÇÃO DE
JORNAIS E REVISTAS NO ESTADO DE SANTA CATARINA
(SINDPJORE)**

**Marcos Aurélio Espindola
Presidente**

**SINDICATO DAS EMPRESAS PROPRIETÁRIAS DE JORNAIS E
REVISTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

**Moacir G. Thomazi
Presidente**